



Direção da FASUBRA analisa decisão do STF e orienta manutenção da GREVE

Comando Nacional de Greve será instalado nesta segunda, 31 de outubro, em Brasília. Entidades de base deverão enviar delegados para organização do movimento nacional.

No dia 27 de outubro, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre o corte de ponto para servidores públicos em greve, o que foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, diferentemente da ausência de cobertura das mais de mil escolas, institutos federais e universidades ocupadas contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e os ataques à educação.

Nesse momento, confirma-se a unidade da mídia, do executivo, legislativo e judiciário, em impor a classe trabalhadora o ônus da crise. Diante do aumento da pressão do movimento sindical, popular e estudantil sobre os parlamentares e da intensificação das ocupações das estudantes e dos estudantes do ensino médio e superior, bem como do processo de crescimento das possibilidades de greve do setor da educação, o Governo de Temer aliado a setores da burguesia precisam aplicar suas medidas de contenção do avanço da resistência.

Essas ações, entretanto, ainda são precedidas de outras, como a utilização de milicianos de direita para invadir escolas e forçar com o uso da violência, a desocupação dos locais e a intensificação de sentenças judiciais contra as importantes ações do movimento estudantil, que devem contar com todo apoio possível (jurídico e financeiro) das entidades sindicais filiadas a FASUBRA.

Foi neste cenário das ações judiciais de criminalização dos movimentos, que nessa semana, após a definição do STF contrária à desaposentação, numa atitude arbitrária, o STF também assume a tarefa de restringir o direito de greve das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, independente de definição de legalidade ou não do movimento. Nós que nunca tivemos ilusão com a Justiça, sabemos que se não houver mobilização e luta, o próximo passo do STF será a tentativa de definição de que as atividades fins de empresas públicas e privadas também podem ser terceirizadas iniciando já a

reforma trabalhista, medida que ficou suspensa de votação no Congresso por causa da pressão dos movimentos contra o PL 4330.

Essas ações se dão num momento de intensificação da resistência, e com a definição das datas de paralisações nacionais de 11 e 25 de novembro próximos, com uma grande campanha de denúncia dos parlamentares que votaram contra as classes trabalhadoras.

Por seis votos favoráveis e quatro contrários, na véspera do dia dos servidores públicos, o STF resolveu nos “presentear”, assim como Temer havia “presenteado” as professoras e os professores na véspera do 15 de outubro, com a reforma do ensino médio. O STF aprovou medida que dá aos órgãos públicos o direito de descontar das servidoras e dos servidores os dias parados decorrentes da participação em movimentos de greve.

O Plenário do Supremo concluiu naquela sessão o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 693456, interposto contra Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que determinou à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) que se abstinisse de efetuar desconto em folha de pagamento dos trabalhadores por causa da greve realizada entre março e maio de 2006. A decisão, que discute a constitucionalidade do desconto dos dias paradas em razão de greve, será válida para todas as categorias do serviço público, em todas as esferas e níveis, a partir da publicação do Acórdão do Supremo. Porém, ainda cabe recurso da decisão do STF para lutar contra o corte de nossos salários.

Ainda, o Plenário do STF deliberou que a administração pública deve fazer o corte do ponto dos grevistas, admitindo, porém, a possibilidade de compensação dos dias parados mediante acordo. O Supremo decidiu, também, que o desconto não poderá ser feito caso o movimento grevista tenha sido “motivado por conduta ilícita do próprio Poder Público”, como por exemplo atrasos de salários e descumprimento de acordos e o não cumprimento da revisão salarial anual prevista na Constituição Federal.

Essa ação tem sua motivação ainda mais nítida quando vemos nos votos a citação explícita do movimento grevista em Universidades. Nos últimos anos, grande parte das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público tem protagonizado importantes lutas por seus interesses e pelos direitos de toda a população. Neste momento, em que há grande mobilização contra os cortes de verbas nas áreas sociais e que a área de educação, em todo o país, tem se organizado em movimentos grevistas e de ocupações para barrar a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC 241), aprovada na Câmara dos Deputados, agora no Senado sob o número 55/2016; contra a Reforma do Ensino Médio, sem debate com a sociedade; contra a “Lei da Mordaza” (Escola Sem Partido); contra a retirada de investimentos em educação e saúde e contra a retirada de direitos, dentre outros. É nesse cenário que o governo e seus braços institucionais se armam para proceder os ataques contra o conjunto da classe trabalhadora, e particularmente contra os trabalhadoras e trabalhadores do serviço público.

Cabe ressaltar que o alcance dos efeitos da decisão do STF ainda estão em análise por diversas assessorias jurídicas de servidores públicos, que os recursos e a publicação de acórdão ainda não ocorreram e que seguimos defendendo a autonomia universitária.

Como o Governo não pode obrigar os gestores a cumprirem uma decisão que sequer foi publicada, orientamos aos trabalhadores que intensifiquem o diálogo dentro das IFES, buscando apoio ao movimento paredista e à luta contra a PEC 55/2016, aprovando notas e moções dos conselhos superiores em apoio à luta que desenvolvemos. Essa ação deve ser acompanhada de ampla discussão com a categoria, pois já fizemos greves em situações piores, quando a constituição proibia, e sabemos que a efetiva união de nossa classe pode dobrar a lei diante do clamor social.

Ao mesmo tempo, precisamos intensificar nosso apoio às ocupações estudantis e convocar os fóruns estaduais do funcionalismo e da educação para exercer pressão sobre os parlamentares, divulgar o nome dos traidores do povo brasileiro, e fortalecer as manifestações de rua com grande visibilidade e efetiva participação da nossa categoria.

Nesta segunda, debateremos com o fórum dos servidores federais as medidas de enfrentamento à ação do STF, como também avaliaremos as possibilidades de manifestações conjuntas nos estados e a realização de caravana nacional à Brasília por ocasião da votação da PEC no Senado. Serão debatidas, ainda, as linhas gerais da paralisação nacional marcada para os dias 11 e 25 de novembro, fortalecendo a greve geral, uma necessidade de nossa classe diante dos constantes ataques aos direitos. Também na segunda será instalado o Comando Nacional de Greve (CNG), para produzir novas orientações e debater as dúvidas decorrentes da decisão do STF.

Os movimentos de greve na área de educação, as ocupações das estudantes e dos estudantes e as denúncias à PEC 55/2016 têm encontrado eco junto à sociedade, que começa a perceber a extensão das perdas, o que certamente impacta o atual governo, que precisa urgentemente emplacar seu discurso e suas ações de retirada de direitos, dos investimentos e os cortes sociais.

Quem está com medo de nossa ação são os que querem as reformas que só trazem prejuízo à maioria da população, e por isto usam informações manipuladas e meias verdades, ao dizer que a culpa dos problemas do país são os gastos públicos em educação, saúde, infraestrutura, segurança e manutenção de servidores. O governo não apresenta, sequer, alternativas ao ataque aos trabalhadores, tais como o cerco aos sonegadores de impostos e um rígido controle fiscal; a taxação das grandes fortunas; a suspensão do pagamento de juros abusivos no mercado financeiro, que aumenta a dívida pública, dentre outros.

Não podemos nos deixar vencer pela insegurança, mas sim tentar tornar ainda mais sólida nossa unidade. A lei não deve existir para privilegiar e proteger somente um lado. Se ela é injusta, temos que nos movimentar para mudá-la!

Nada é tão forte que não seja passível de mudanças! O nosso grande medo deve ser o de viver num país sem direitos, sem educação, sem saúde, sem perspectivas, sem futuro! Se aumentam os ataques, aumenta a nossa mobilização!

Assim, a Direção da FASUBRA orienta:

- Manutenção do movimento grevista;
- Intensificar nosso apoio às ocupações estudantis;
- Articular reunião dos Fóruns Estaduais do Funcionalismo e da Educação;
- Intensificar a resistência e unificar com os demais movimentos sociais;
- Pressão sobre parlamentares;
- Ações nos conselhos Universitários;
- Realização de Reuniões com Reitoras e Reitores para reforçar o compromisso de não haver corte de ponto;
- Esclarecimentos à categoria onde ainda não houver greve para entrada e fortalecimento imediatos da Greve Nacional da FASUBRA Sindical.

Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanhe o formigueiro.

A greve continua.

Intensificar a resistência e unificar com os demais movimentos sociais.

Não à criminalização das lutas e não à PEC 241!

A luta continua!!!

DIREÇÃO NACIONAL DA FASUBRA Sindical